



## EDITORIAL

Apresentamos o número 55 (Edição de 2019/2) da Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul (DCH/UNISC).

A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial em Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Saúde e Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBAROI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, relatos de experiências, ensaios, em temas vinculados aos campos de conhecimento de seu interesse.

Nesta quinquagésima quinta edição, como é de praxe, colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São doze artigos abordando estudos e reflexões que tratam temáticas relacionadas à área do serviço social, da saúde, da violência contra as mulheres, da segurança pública, do desenvolvimento regional.

O artigo “A Importância do Controle Social e a da Participação dos Conselhos Municipais nas Políticas de Combate à Pobreza”, de **Fabiana Zanardi, Airton Adelar Mueller, Moisés de Oliveira Matusiak e Edi Branco da Silva** abre o número. No artigo, os autores analisam o processo histórico e as principais conquistas e desafios na consolidação dos Conselhos Municipais nas políticas de combate à pobreza. Com base numa pesquisa bibliográfica e documental, argumentam que, “mesmo estando consolidados mediante Legislação Federal, Estadual e Municipal”, os desafios ainda são grandes, em especial no que diz respeito à necessidade de superação dos limites que dificultam a participação popular na construção das políticas públicas.

Na sequência, **Eduardo Guadagnin, Pedro Ribeiro Moreira Neto e Paula Vilhena Carnevale Vianna** apresentam o artigo “Bolsa família: potencialidades e desafios na indução de políticas públicas a partir dos territórios”. Analisam “as potencialidades e limites do programa Bolsa Família em direcionar as políticas sociais nos territórios, favorecendo o

acesso aos direitos sociais básicos e a redução das exclusão social das famílias acompanhadas”. A partir de uma perspectiva territorial das políticas públicas e do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em uma unidade de saúde da família de um município de porte médio de São Paulo, os autores defendem que o referido Programa “pode favorecer tanto o acesso das famílias com maior vulnerabilidade social aos serviços saúde, educação e assistência social quanto a ampliação dos direitos sociais e redução da exclusão social”. No entanto, para que isso se efetive”, defendem que é preciso que “os gestores profissionais que operam as políticas sociais nos territórios compreendam as condicionalidades a partir de um olhar emancipatório e de garantia de direitos, rompendo com a postura fiscalizatória/punitiva fundamentada na concepção assistencialista e meritocrática”.

O terceiro artigo, “Pobreza, proteção social e cidadania: uma análise do direito à saúde no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988”, escrito por **Edith Maria Barbosa Ramos** e **Isadora Moraes Diniz**, aborda o “processo da formulação da ideia de direito à saúde como direito social, integrante do rol de direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal de 1988”. Através dos conceitos de proteção social e de direitos sociais, as autoras analisam as “determinações dos conteúdos presentes na concepção de direito à saúde” que orientam a discussão e a construção da agenda pública vinculada ao direito à saúde.

“Uma Etnografia da Atenção à Saúde Mental de Sujeitos em Situação de Rua”, de **Eneida Santiago** e **Lucielly Santos**, propõe uma reflexão sobre a intersecção entre duas questões: a atenção à saúde mental e sujeitos em situação de rua. O artigo é resultado de uma pesquisa, realizada com o objetivo de “delinear e problematizar, na visão dos sujeitos em situação de rua, como as políticas públicas de saúde mental contemplam suas especificidades de demandas e necessidades e como essas proposições se efetivam, ou não, na prática de um serviço de saúde mental”. A pesquisa foi realizada no “Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua”, num município do interior do Paraná. Os resultados da pesquisa indicam que “o sujeito em condição de desabrigo, em sua maioria, procura raramente o serviço de saúde mental, buscando com frequência o serviço de assistência social”; além disso, destaca a autora, a pesquisa encontrou uma “circunstância do serviço de saúde mental que não conseguiu deslocar a hegemonia das práticas orientadas pelo modelo médico tradicional para o modelo psicossocial de atendimento”.

**Francisco Elenilton Rodrigues do Nascimento, Maria Graça Fonseca Rocha** e **Ana Paula de Lima Silva**, no artigo “A produção científica do serviço social na questão do suicídio”, analisam a produção científica do Serviço Social sobre a temática do suicídio e *Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.55, p.<1-5>, jul./dez. 2019*

apresentam um relato de experiência da atuação profissional do/a assistente social no programa de prevenção ao suicídio, no hospital universitário da cidade de Fortaleza, no Ceará. No artigo, os autores detectam a baixa produção científica de assistentes sociais sobre a temática do suicídio, “configurando-se” uma lacuna que remete à urgência apropriação dessa temática, “a fim de ampliar o arcabouço teórico metodológico visando a relação da questão social e o suicídio” e, ao mesmo tempo, as possibilidades de atuação profissional em políticas de prevenção ao suicídio.

No artigo seguinte, “Redução de Danos e Gestão Autônoma da Medicação: cartografando a experiência de um acadêmico em Psicologia”, **Thales William Borges Lindenmeyer, Maria Luiza Diello e Marcos Adegas de Azambuja** constroem uma narrativa histórica das drogas através do campo discursivo da Redução de Danos (RD) e da Gestão Autônoma da Medicação (GAM), mapeando a produção de subjetividade na relação com as drogas. Ao final, consideram que “há algo de novo entre RD e GAM: o uso de medicamentos vem se tornando um problema tão importante quanto o consumo de drogas ilícitas”.

Na sequência, em “Mapeamento de Competências Comportamentais: relato de experiência com enfermeiros”, **Bruna Maiara Giraldi, Taíse Fernanda Kohler e Rosana Marques da Silva Rampazzo** relatam uma experiência de estágio em psicologia, numa Universidade localizada no Vale do Itajaí (Santa Catarina), analisando umas das práticas realizadas durante o estágio, de “mapeamento de competências” com enfermeiros de uma instituição hospitalar. Ao mapear as competências junto com enfermeiros, as autoras destacam cinco competências: qualificação profissional, liderança, comunicação, atendimento humanizado e visão holística. A partir dessa análise, as autoras ainda apresentam uma “matriz de competências para o cargo de enfermeiro, especificando as competências individuais ou indicadores de desempenho, para cada uma das competências, e oferecendo subsídios necessários para a realização futura da análise de potencial”.

**Lucia Pereira Leite, Taíse de Oliveira e Hugo Ferrari Cardoso**, em “Concepções de Deficiências em Profissionais de uma Universidade do Interior Paulista” apresentam um estudo que analisou “as concepções de deficiência em duas diferentes categorias de atuação profissional de uma universidade pública do Estado de São Paulo, a saber: docentes e técnicos administrativos”. Os resultados da pesquisa e que estão apresentados no artigo indicam que “tanto docentes como técnico-administrativos tendem a concordar com as afirmações que coadunam com concepções que procuram interpretar a deficiência num viés mais social e cultural”.

**Laslei Aparecida Teles Petrilli e Helga Midori Iwamoto**, no artigo “Dificuldades no Atendimento acerca da Violência contra a Mulher, em Gurupi – TO”, apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com a equipe da Vara e Delegacia Especializadas no atendimento à mulher vítima de violência no município de Gurupi, no Tocantins, com o objetivo de analisar “as percepções” dessas equipes “acerca das dificuldades encontradas” nos atendimentos. Os resultados da pesquisa indicam que as dificuldades percebidas estão “mais relacionadas ao atendimento e acolhimento à vítima do que na realização dos procedimentos legais, necessários e previstos pela LMP”. Uma constatação que permite as autoras destacarem a importância da implementação de uma rede de atendimento à mulher vítima de violência no município estudado.

**Bruna Krause de Vargas e Denise Falcke**, no artigo “Criminalizadas e/ou Vulneráveis? A trajetória no crime de mulheres aprisionadas por tráfico de drogas”, apresentam trajetórias no crime percorridas por mulheres aprisionadas por tráfico de drogas, analisam as “motivações para o ingresso das mulheres no crime, a percepção delas sobre o crime de tráfico de drogas”, avaliam “como o envolvimento com o tráfico de drogas” afeta “as relações amorosas, familiares e sociais dessas mulheres” e verificam “se existe o desejo de sair do crime”. A partir de relatos de apenadas da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, no Rio Grande do Sul, as autoras indicam que “os problemas sociais e financeiros e o envolvimento familiar” são “os principais motivadores para a entrada dessas mulheres no tráfico”, que o tráfico é “visto como uma atividade de trabalho”, que o aprisionamento “traz prejuízos para as relações, especialmente familiares” e que a saída do crime depende “da possibilidade de conseguir um emprego formal”.

Em “O Retorno ao Serviço de Policiais Militares Gaúchos Aposentados: um estudo sobre os fatores motivadores”, **Régis Brum Nunes, Jarbas Dametto e Cleide Fátima Moretto** destacam que, “após o processo de aposentadoria, muitos policiais militares do estado do Rio Grande do Sul”, retornam ao trabalho na instituição Brigada Militar. Nesse sentido, os autores analisam os “motivos que levam parte dos policiais militares a retornarem ao trabalho policial após a obtenção da aposentadoria”. Através de um estudo “do tipo transversal e descritivo, na forma censitária, contemplando 109 Policiais Militares do Comando Regional de Polícia Ostensiva do Planalto (CRPO/P), com sede em Passo Fundo (RS), pertencentes ao Corpo Voluntário de Militares Inativos da Brigada Militar, na faixa etária entre 45 e 64 anos”, os autores focam a análise em quatro categorias de análise: “características sociodemográficas e pessoais, padrão de aposentadoria e renda, percepção do trabalho e motivos do retorno”. Os resultados destacados pelos autores ressaltam as

*Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.55, p.<1-5>, jul./dez. 2019*

“necessidades de estima e autorrealização como principais elementos motivadores do retorno à instituição, que incluem a necessidade de sentir-se útil e integrado a uma instituição, bem como à identificação com a profissão”.

Por fim, em “Observando o Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo: notas sobre as dinâmicas econômicas recentes”, **Silvio Cezar Arend, Cidonea Machado Deponti, Rogério Leandro Lima da Silveira, Grazielle Betina Brandt, Rosí Cristina Espíndola da Silveira e Verenice Zanchi** abordam “as dinâmicas econômicas recentes da região do Vale do Rio Pardo, localizada na área central do Rio Grande do Sul, analisando as relações com o desenvolvimento regional”. Utilizando de variáveis tais como o PIB, a VAB, os Empregos, as Exportações, o PIB *per capita*, o Gini, a Estrutura Fundiária, a Produção Agrícola e o IDESE, os autores indicam que a região estudada “ainda permanece vinculada fortemente à produção e transformação de tabaco, embora tenha havido um aumento importante na área e na produção de soja”. Além disso, destacam a “manutenção da desigualdade espacial na distribuição da atividade econômica no conjunto do território regional e da sua concentração na área central da região, notadamente no município de Santa Cruz do Sul”.

Registramos que esse é o último número da Revista BARBARÓI enquanto vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul (DCH/UNISC). Devido à “reestruturação administrativa” que ocorre neste ano de 2019 na UNISC, a partir de 2020 o DCH deixará de existir e seus professores atuarão num novo Departamento, o *Departamento de Ciências, Humanidades e Educação*. Nesse sentido, também a BARBARÓI passará a ser editada nessa nova unidade acadêmica na UNISC. Queremos, no entanto, deixar claro que as diretrizes de publicação, bem como as áreas de preferência para a publicação na Revista, não deverão mudar de imediato. Portanto, continuaremos enquanto uma Revista comprometida com a socialização de pesquisa, de reflexões, de estudos vinculados à Filosofia, à Psicologia, ao Serviço Social, à Antropologia, à Sociologia, à Ciência Política, ao Planejamento Urbano, à Demografia, ao Desenvolvimento Regional.

Fica o convite, portanto, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração da BARBARÓI.

Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná  
Editor da BARBARÓI